



## **“Aonde tu vai, rapaz, por esses caminhos sozinho?”<sup>1</sup>: histórias e caminhos do Marabaixo pelas ruas de Macapá – AP.**

Sabrina Natali Silva Bentes<sup>2</sup>

Artigo recebido em: 16/07/2020

Artigo aprovado em: 04/10/2020

### **RESUMO**

Os encontros proporcionados pelas travessias transatlânticas e pelas fronteiras culturais formadas a partir de um longo processo histórico foram férteis para o surgimento de várias manifestações culturais e religiosidades neste vasto território que chamamos de Brasil. Na Amazônia, mais especificamente no Amapá, na capital Macapá, esses encontros favoreceram o nascimento do Marabaixo, manifestação afroreligiosa do catolicismo popular que possui em suas raízes ancestrais uma diversidade de histórias e memórias cantadas através dos ladrões. Este artigo, pretende, primordialmente elucidar alguns caminhos que nos levem a entender quais são as raízes históricas e etimológicas do Marabaixo, os elementos materiais que perpassam essa manifestação, assim como suas transformações ao longo do tempo, pautando este estudo em fontes bibliográficas e entrevistas com os atores desse festejo que acontece todos os anos na periferia da Amazônia para celebrar o Divino Espírito Santo e a Santíssima Trindade dos Inocentes.

**Palavras-chave:** História. Marabaixo. Macapá.

**“Where are you going, boy, on these paths alone?”: Histories and paths of Marabaixo throughs the streets of Macapá – AP.**

### **ABSTRACT**

The encounters provided by the transatlantic crossings and the cultural borders formed from a long historical process were fertile for the appearance of several cultural manifestations and religiosities in this vast territory that we call Brazil. In the Amazon, more specifically in Amapá, in the capital Macapá, these meetings favored the birth of Marabaixo, a frightening manifestation of popular Catholicism that has in its ancestral roots a diversity of stories and memories sung by the thieves. This article intends, primarily, to elucidate some paths that lead us to understand what are the historical and etymological roots of Marabaixo, the material elements that permeate this manifestation, as well as its transformations over time, guiding this study in bibliographic sources and interviews with the actors of this celebration that takes place every year on the periphery of the Amazon to celebrate the Divine Holy Spirit and the Holy Trinity of the Lambs.

**Keywords:** History. Marabaixo. Macapá.

<sup>1</sup> Trecho do refrão de um dos mais famosos ladrões de Marabaixo. Domínio público.

<sup>2</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), pós-graduanda em História, Cultura e Literatura Afro-brasileira e Indígena pela Universidade de Maringá (UNICESUMAR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9999846420644589>. Contato: [brinabentes2407@gmail.com](mailto:brinabentes2407@gmail.com).



## 1 INTRODUÇÃO

“U primeiro me chegú  
cumo quem qué’ africar  
trouxe dois baita tambú  
lá de Mazagão dé lá  
donde tudo cumeçú  
ante’ dé nós começá  
me juru eterno amur  
sé punhú-sé a batucá” (Música: Ú amassu  
i u dubradú; Composição: Dante Ozzeti e  
Joãozinho Gomes; Intérprete: Patrícia  
Bastos).

O intuito deste trabalho é realizar um percurso sobre as histórias do Marabaixo, manifestação cultural de matriz africana realizada em todo o estado Amapá. O percurso para conhecer essas histórias, serão realizados pelas ruas da cidade de Macapá, capital do Estado, onde anualmente ocorre o chamado Ciclo do Marabaixo, principalmente nos bairros Laguinho e Favela – também conhecida como bairro Santa Rita – mas que recebe outros grupos das mais de 36 comunidades em seus barracões<sup>3</sup> para celebrar a festa do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade dos Inocentes.

As histórias e possibilidades sobre sua origem, de onde veio, porque carrega este nome, tentando entender sua etimologia, falar sobre as pessoas que o fazem, que tem o Marabaixo como parte de suas vidas, se este não é sua própria vida, além de falar sobre os lugares por onde esses sons da caixa marabaixeira ecoaram e as transformações desse festejo, serão as questões que nortearão este estudo. Para tal, como metodologia, utilizei fontes bibliográficas a respeito do que já fora estudado até o momento sobre, além de alguns relatos colhidos através de entrevistas com interlocutoras consideradas fonte inestimável de saber sobre a história e a memória desta manifestação cultural.

Há várias versões para o surgimento desta manifestação cultural afroreligiosa do catolicismo popular da Amazônia, que para além dos livros, estas são contadas, principalmente pelos próprios realizadores do festejo. Como se irá observar, há diversos lugares, onde essas histórias e memórias sobre a origem do marabaixo podem ser contadas. Desse modo, o Marabaixo, carrega consigo um arsenal de significados, onde muitos ainda estão por desvendarem-se, e outros ainda pairam sobre as hipóteses levantadas por alguns pesquisadores que se dedicaram e se dedicam a estudá-lo.

---

<sup>3</sup> Lugares construídos na frente da casa dos marabaixeiros, geralmente os festeiros, feito de tijolos e cimento ou madeira, para a realização das festividades do Marabaixo durante o Ciclo do Marabaixo.



Quero também atentar aqui para a epígrafe deste trabalho: é o trecho de uma música popular amapaense de composição de Dante Ozzeti e Joãozinho Gomes, interpretada na voz de Patrícia Bastos que apresenta em sua estrutura uma linguagem própria encontrada na Amazônia, contando e cantando sobre história de amor em uma roda de Marabaixo e Batuque, quando a moça, ao conhecer alguns pretendentes faz menção a lugares importantíssimos na história do Marabaixo e às suas raízes ancestrais.

Um modo de falar, de cantar, de dançar e de contar singular da Amazônia, das populações da beira do rio – neste caso do Rio Amazonas - que mostra como esse lugar ao mesmo tempo tão amplo é cheio de particularidades e construções culturais únicas, como a qual se abordará neste trabalho com mais detalhes e apoio da bibliografia daqueles que se propuseram a estudá-lo e daqueles que se propõe a repassar adiante essas histórias a partir da oralidade.

## **2 OS CAMINHOS DO MARABAIXO PELAS RUAS DE MACAPÁ**

Essa experiência singular praticada pelas comunidades localizadas no extremo norte do país, na beira do rio Amazonas — cerca de 14 grupos e 36 comunidades realizam o Marabaixo no estado do Amapá, de acordo como do Dossiê feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), durante o período de construção do inventário para registro do Marabaixo como Patrimônio Cultural Imaterial em 2014 — faz parte do chamado catolicismo popular, conceito este que pode ser definido de acordo com o historiador e antropólogo Raymundo Heraldo Maués,

O catolicismo popular (...), centra-se na crença e no culto dos santos (...) que mantém relações com o xamanismo nativo — a pajelança cabocla —, e que se originou de antigas práticas e crenças dos índios (...), que habitaram parte da região amazônica no período colonial, bem como de influências portuguesas e africanas (MAUÉS, 2005, p. 259-260).

Muito comum nas populações amazônidas, o catolicismo popular traz em sua composição práticas advindas de grupos de matrizes africanas e indígenas. No caso do Marabaixo, é perceptível ao frequentar um lugar onde são realizados seus festejos muitos elementos de práticas afroreligiosa, como os movimentos de roda ou círculos, e mesmo os tambores e caixas, e ao mesmo tempo práticas do catolicismo ocidental como o culto a santos e ladainhas, o que explica a mescla entre suas práticas consideradas “profanas” como as rodas



de Marabaixo, com práticas consideradas “sagradas” como o seguimento do calendário religioso católico e ladainhas realizados em latim (ELIADE, 2010).

É importante salientar que essa distinção entre sagrado e profano na composição das manifestações do catolicismo popular aconteceu a partir dos encontros culturais distintos e não se deram de forma pacífica, o contraste que vemos na forma de festejar dessas comunidades que mesclam essa diversidade é fruto de muitos conflitos.

Outro autor que precede os estudos de Maués, a respeito do catolicismo popular e a organização das festividades e do culto aos santos na Amazônia, é Eduardo Galvão, antropólogo, que a partir de uma etnografia traça um panorama de como se dá a vida religiosa de uma comunidade amazônica, a respeito:

A comunicação ou aproximação com o santo para dele se obter auxílio se faz sobretudo através das ladainhas e novenas, independente de tratar-se de orações na igreja ou capela, ou nos pequenos oratórios domésticos. (...) Ladainhas, mais comumente sob a forma de novena, são em geral realizadas em pagamento de uma promessa. O indivíduo pede ao santo pela cura de uma doença que o aflige ou a alguém da família, por uma boa colheita, etc., prometendo-lhe uma novena (GALVÃO, 1976, p. 30).

Essa é uma das características mais fortes para a realização do Marabaixo, não somente o batucar noite adentro regado de muita gengibirra - bebida típica artesanal feita de cachaça e gengibre - e ladrões - versos cantados na rodas de Marabaixo criados a partir de situações cotidianas onde um cantor começa um verso e o outro complementa sua história no meio da cantiga “roubando” sua fala e continuando a cantoria e assim sucessivamente - , mas existe o lado religioso, o sagrado que pode ser considerado o motivo de se festejar, formado principalmente pelas promessas realizadas a esses santos. De acordo com o trabalho realizado em campo, nos barracões, durante os anos de 2017 e 2018, no período do Ciclo do Marabaixo<sup>4</sup> que é dedicado ao louvor da Santíssima Trindade e ao Divino Espírito Santo, pôde-se visualizar não só a festa em si, mas também as ladainhas.

Após os cortejos, na casa do festeiro, escolhido anualmente no Domingo do Senhor - último domingo do Marabaixo - ou nos barracões onde são realizadas os festejos (VIDEIRA, 2009), cerca de uma hora e meia é dedicada as novenas, rezadas em latim a maior parte do tempo, todos os participantes se reúnem em volta de um altar com a imagem de seu santo de devoção, enrolado por fitas coloridas, velas, outras imagens de santos, imagens de familiares já

---

<sup>4</sup> Como é chamado o calendário festivo e religioso organizado pelas comunidades do Marabaixo, inicia-se no Domingo de Páscoa e termina no Domingo do Senhor (dias após o feriado de Corpus Christi).

falecidos e todos rezam, onde primeiro alguém puxa a reza e depois é continuada em coro pelo restante das pessoas presentes. É um momento muito íntimo, familiar, e de uma energia muito profunda. Após a reza, o tambor é entoado e a festa continua até o amanhecer.

Atualmente, em Macapá, cada barracão, onde é realizado o Ciclo do Marabaixo, corresponde a uma Associação Cultural que é uma entidade jurídica sem fins lucrativos que objetiva a realização dos festejos do Marabaixo e atividades conexas. Na cidade de Macapá, localizados precisamente nos bairros do Laguinho e Favela (Santa Rita) existem 6 barracões reconhecidos pelos nomes dos seus fundadores/fundadoras ou pela denominação da entidade jurídica, são, respectivamente: Associação Cultural Raimundo Ladislau (ACRL), Associação Cultural Berço do Marabaixo (ACBM), Associação Folclórica Marabaixo do Pavão (AFOMAPA), Associação Cultural Raízes da Favela (ACRF), Associação Folclórica Zeca e Bibi Costa (AZEVIC) e Associação Cultural Devotos de São José (DSJ), conhecido como Marabaixo da Juventude.

**Figura 1:** Tocadores de caixa em uma roda de Marabaixo, Ciclo do Marabaixo, 2018.



**Fonte:** Autora (2018).

Ainda sobre como se dá o festejo do Marabaixo nas comunidades, seu Sebastião Menezes (2004), nascido no quilombo do Curiaú — comunidade remanescente de quilombo que fica a 8 km de Macapá — e escritor do *Jornal do Quilombo*, explica como funciona alguns



dos rituais que são importantes dentro do ciclo de festividade aos santos. Segundo ele, é a partir do corte do Mastro<sup>5</sup> feito nas matas do Curiaú que a festa se inicia:

O Marabaixo começa com a cortada do ou tirada do mastro, feito de uma árvore chamada pau do Espírito Santo, que está em extinção mesmo na comunidade. Ele é tão valioso que sua casca é medicinal, mas ao extraí-las a árvore fica danificada, sujeita a morte. O mastro é colocado no local onde vai ser realizado o Marabaixo (sede, casa ou barracão). Na tarde do festejo, uma multidão de todas as faixas etárias se dirige a uma mata para quebrar os galhos de murteiras, uma árvore que até bem pouco tempo era sagrada. As rameiras enfeitam o mastro. (...). Os tocadores de caixas em número de dois ou três são acompanhados pelos cantadores de ladrão, apropriados ao momento. (...). No salão, homens e mulheres, uns tocando, outros dançando vão rodopiando cantando ladrões longos ou curtos até o momento de uma pausa para apertar as caixas ou começar outro ladrão. E assim vão até o amanhecer (MENEZES, 2004, p. 35-36).

De acordo com Nunes Pereira (1951), antropólogo que passou por essas terras tucujus<sup>6</sup>(REIS,1949), em meados dos anos 1940 pesquisando sobre festas e folias, o mesmo ao observar e se questionar sobre a origem dessa manifestação escreveu em seu livro *O Sahiré e o Marabaixo: tradições da Amazônia* (1989), sobre a possibilidade de que aquele festejo “ligar-se-á, por acaso às longas e dramáticas travessias do Atlântico, ao léu das correntes marinhas e dos ventos alísios, para o regime de trabalho de escravo, ou como expressão portuguesa de abandono e desgraça?” (PEREIRA, 1989, p. 12).

Isso pode ser visto nas falas de dona Maria José Libório, mais conhecida como Tia Zezé (2009), marabaixeira, em entrevista ao arquiteto e escritor Rostan Martins (2016) que escreveu um livro sobre a semiótica do Marabaixo e onde Tia Zezé afirma um dos possíveis significados do Marabaixo:

Não temos o ano em que surgiu o Marabaixo. Diziam que surgiu uma dança parecida com o Marabaixo que teria sido dançada nos navios negreiros. (...) Quanto ao nome de Marabaixo, o que me contaram foi que nos navios negreiros, quando morria uma pessoa, diziam: “Vamos jogar mar-abaixo”. E assim surgiu o nome Marabaixo (TIA ZEZE, 2009 *Apud* MARTINS, 2016, p. 40).

Vicente Salles e Marena Isdebski Salles (1969), em trabalho sobre o Carimbó, realizaram alguns paralelos sobre a origem das diversas manifestações e expressões culturais da Amazônia, e citam o próprio Nunes Pereira e Eduardo Galvão para analisar a diversidade da

<sup>5</sup> Essa árvore também conhecida como Jacareúba é uma das mais importantes materialidades para a realização do Marabaixo, ela é cortada, enfeitada com diversas ervas e plantas e prostrada na frente do barracão do festeiro até o dia de sua derrubada, no último dia do Ciclo – Domingo do Senhor -, finalizando este.

<sup>6</sup> Etnia indígena que habitou as terras que hoje conhecemos como Amapá antes da chegada dos europeus, e após a chegada destes, ou foi dizimada por doenças ou migrou para outras regiões como a Guiana Francesa. O último registro sobre este povo data de 1758, quando da elevação de Macapá à categoria de Vila. Alguns registros, também induzem de que foram utilizados como mão-de-obra na construção da Fortaleza de São José de Macapá em 1764.



cultura amazônida. A respeito, os autores falam do batuque como aspecto geral da essência dessas manifestações, nesse sentido, dizem:

(...) a palavra batuque é de uso antigo na Amazônia: termo genérico, significando dança de negros ou qualquer dança de tambor - de caráter religioso ou não. Denominações particulares surgiram, em diferentes regiões, para designar dança de batuque: samba, talvez a mais generalizada, abrangendo vasta área, não se confundindo com o chamado samba moderno, oriundo da música popular urbana; lundum, retumbão, chorado, banguê, bambiá, gambá, carimbó, corimã, corimbó, curimbó. (...) O batuque como se sabe, é dança de origem africana. Há referências antigas, na crônica do Pará e Maranhão, que nos permitem assegurar ter sido implantada na região na era colonial da mesma forma como o foi nas demais províncias e regiões brasileiras. A denominação ainda é comum, em Belém, para indicar as danças dos cultos afro-brasileiros. Em Mazagão Velho, como informa Nunes Pereira, há o batuque de Nossa Senhora da Piedade. A tendência geral dessas danças, como já ocorreu com a multiplicidade de denominações, parece ser a fragmentação, a individualização, com a aquisição de elementos novos e a perda de outros (SALLES; SALLES, 1969, p. 278-279).

Ainda nessa sobre os significados do Marabaixo, temos o escritor e sociólogo Fernando Canto (1998), que traz uma outra faceta para o significado do Marabaixo. Segundo Canto, o “Marabaixo é provavelmente uma corruptela de marabuto ou marabut, do árabe morabit — sacerdote dos malês — negros de influência muçulmana que vieram para Mazagão-AP, servindo famílias açorianas originárias da África Ocidental” (CANTO, 1998, p. 8).

Segundo o arquiteto e escritor Rostan Martins (2016), “o marabaixo primeiro foi manifestado na Vila de Mazagão Velho, depois difundido por Macapá, Vila do Maruanum e localidade do Curiaú” (MARTINS, 2016, p. 36).

Ainda neste segmento, Tia Zezé (2009), afirma que, “pelo que tenho conhecimento, o marabaixo originou-se no Mazagão, depois foi para o Curiaú, Igarapé do Lago, Maruanum e Macapá” (Tia Zezé, 2009).

É perceptível nestes dois excertos que o Marabaixo teria surgido na Vila de Mazagão Velho e de lá teria se espalhado para outras comunidades. A Vila de Mazagão na Amazônia, foi fundada em 1771 pelos representantes da Coroa Portuguesa, após inúmeros conflitos com os mouros na Mazagão localizada no Marrocos, na África Setentrional. Coincidindo com os seus interesses em ocupar suas colônias na América, D. José I assim transferiu as 136 famílias de colonos portugueses da Mazagão de Marrocos para criar uma nova Mazagão nas terras do Cabo Norte<sup>7</sup> (GOMES, 1999), onde foram entregues a cada família uma quantidade de africanos negros em condições de escravidão (VIDEIRA, 2013).

<sup>7</sup> Cabo Norte ou capitania do Cabo Norte, território de constante litígio entre portugueses e franceses durante o século XVIII, e que atualmente se constituiu como o Estado do Amapá.



Vale ressaltar também que todas as comunidades citadas: Curiaú, Igarapé do Lago e Maruanum, são formadas por uma população majoritariamente negra, que se originaram em sua maioria como quilombos<sup>8</sup> (VIDEIRA, 2013). Dito isto, continuamos o fluxo sobre outras hipóteses para a origem dos primeiros toques da caixa marabaixeira, segundo o sociólogo Fernando Canto (2017, p. 16):

(...) minha teoria é de que tudo começou em Macapá, fundada em 1758, mas já habitada por colonos portugueses das Ilhas dos Açores e Madeira desde 1752. Os açorianos e madeirenses eram católicos praticantes e já faziam suas festas em homenagem ao Divino Espírito Santo. Posteriormente essa festa foi transladada para Mazagão(...).

É interessante pensar que é muito provável também que o Marabaixo tenha surgido na própria Macapá colonial – ou Vila de São José de Macapá -, existente desde 1758, ao passo que Vila de Mazagão só seria fundada quase 20 anos depois, em 1771. É importante ressaltar que apesar das inter-relações com objetos da fé católica ocidental, como proferidos por Canto (2017), o Marabaixo possui uma relação muito própria com esses objetos, já que é uma manifestação que, apesar de seguir o calendário católico, essa relação, embalada muito provavelmente por muitos conflitos, foi construída através da resistência à hegemonia colonizadora e escravista e todos os seus preceitos.

Outra teoria interessante é a de Piedade Lino Videira (2013), psicopedagoga, artista e dançadeira de Marabaixo que nos aponta um outro caminho sobre um possível ponto de partida dessa manifestação a partir da ótica da ancestralidade negra. Ela diz:

O estado do Amapá é uma área de fronteira na Amazônia e seus limites territoriais pelo Município de Oiapoque é com Saint Jorge, pertencente ao território de Caiena — Guiana Francesa. Certamente, essa condição de fronteira, possibilitou muitas trocas culturais que, de alguma maneira, fazem parte da historiografia amapaense. Infelizmente, pouco se sabe sobre essa “porta de entrada” de difícil acesso e controle do fluxo migratório ainda hoje para solo brasileiro. Imaginemos no século XVII quão mais impossível seria. Fora do controle de migração, quiçá deva ter sido um grande porto de entrada de escravizados para o nosso estado (VIDEIRA, 2013, p. 123).

A autora nos mostra, uma rica e interessante possibilidade de como poderia ter surgido o Marabaixo, nos levando até a fronteira, ao norte do estado, por onde o fluxo migratório de pessoas, de informações, de culturas, de línguas possa ter se entrelaçado e criado os toques únicos desta manifestação cultural. Ela nos faz pensar para além, sobre uma historiografia que

---

<sup>8</sup> Para além destes, segundo a Fundação Cultural Palmares (2019), estima-se ao todo 41 comunidades de quilombos no estado do Amapá.



ainda precisa ser estudada e desvendada, para que saibamos sobre as raízes culturais e sociais que nos circundam e sobre esta identidade.

Ao observar estas diversas possibilidades, é possível dizer que o Marabaixo é uma manifestação cultural religiosa negra que é praticada em várias comunidades do estado do Amapá, tais como: Abacate da Pedreira, Casa Grande, Campina Grande, Carmo do Maruanum, Carvão, Curiaú, Ilha Redonda, Mazagão Novo, Mazagão Velho, Santo Antônio do Matapi, São Raimundo do Maruanum, entre outras.

### **2.1 A História do Marabaixo vista a partir da pedra e do cal: materialidades históricas**

Desse modo, como são inúmeras comunidades que realizam essa expressão cultural, me concentro na área urbana de Macapá, mais precisamente nos bairros da Favela (Santa Rita) e Lagunho, como recorte espacial. Ambos os bairros são tradicionalmente conhecidos por festejarem o Marabaixo e foram historicamente lugares ocupados pela população negra que fora retirada da frente da cidade de Macapá, dos arredores da Fortaleza de São José e da Igreja de São José, em prol de um projeto de urbanização<sup>9</sup> iniciado a partir da década de 1940. (LUNA, 2017)

Em meio a uma celeuma de significados do termo Marabaixo e a sua procedência, a origem desta manifestação cultural também está associada a algumas materialidades históricas. Para contextualizar, três lugares históricos precisam ser elucidados: a construção da Igreja de São José em 1761, a construção da Fortaleza de São José de Macapá em 1764 e a fundação da Vila de Mazagão Velho em 1769. Estes três lugares podem nos ajudar a ampliar a reflexão sobre como se originou o Marabaixo. Estes três fatos históricos materiais têm em comum os emaranhados sociais de uma população nativa e outra transatlântica que esteve intrinsecamente ligada<sup>10</sup> (COSTA, 2015 *Apud* CAMILO, 2009), se não foi a responsável pela existência e construção dos mesmos.

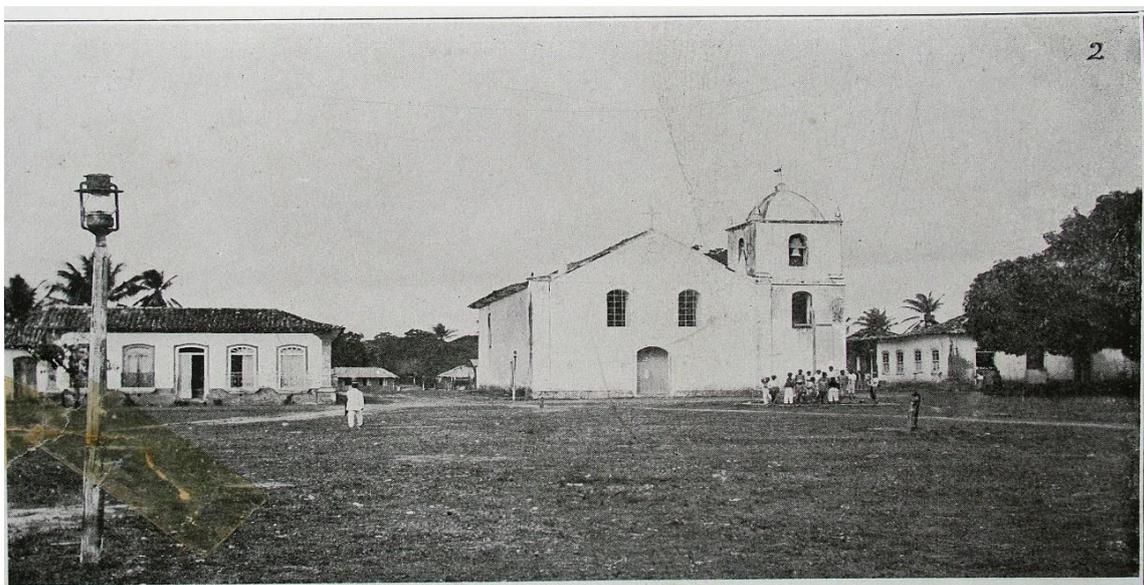
---

<sup>9</sup> Projeto de cunho nacional e desenvolvimentista criado durante o governo do presidente Getúlio Vargas, e iniciado no Amapá, a partir da nomeação e chegada do primeiro governador do então Território Federal, o coronel Janary Gentil Nunes.

<sup>10</sup> Para construir projeto de tal magnitude utilizaram mão-de-obra indígena e de escravizados negros comercializados pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Esses homens, no total de 346, trabalharam como carpinteiros, pedreiros e remeiros das canoas, que transportavam cal e pedras para a maior fortaleza da Amazônia.

E como estes lugares estão conectados com a origem do Marabaixo? De acordo com alguns pesquisadores regionais como Fernando Canto e principalmente com os relatos orais de interlocutores que fazem parte diretamente dessa manifestação cultural, dizem que os primeiros toques das caixas de Marabaixo teriam surgido ou sido criados por pessoas que circularam por estes lugares, justamente por serem a mão-de-obra utilizada na construção desses locais.

**Figura 2:** Vista frontal da Igreja de São José de Macapá, a esquerda a casa do Senado da Câmara, onde atualmente é a Biblioteca Pública Elcy Lacerda, início do século XX.



**Fonte:** Arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS - AP), 2007.

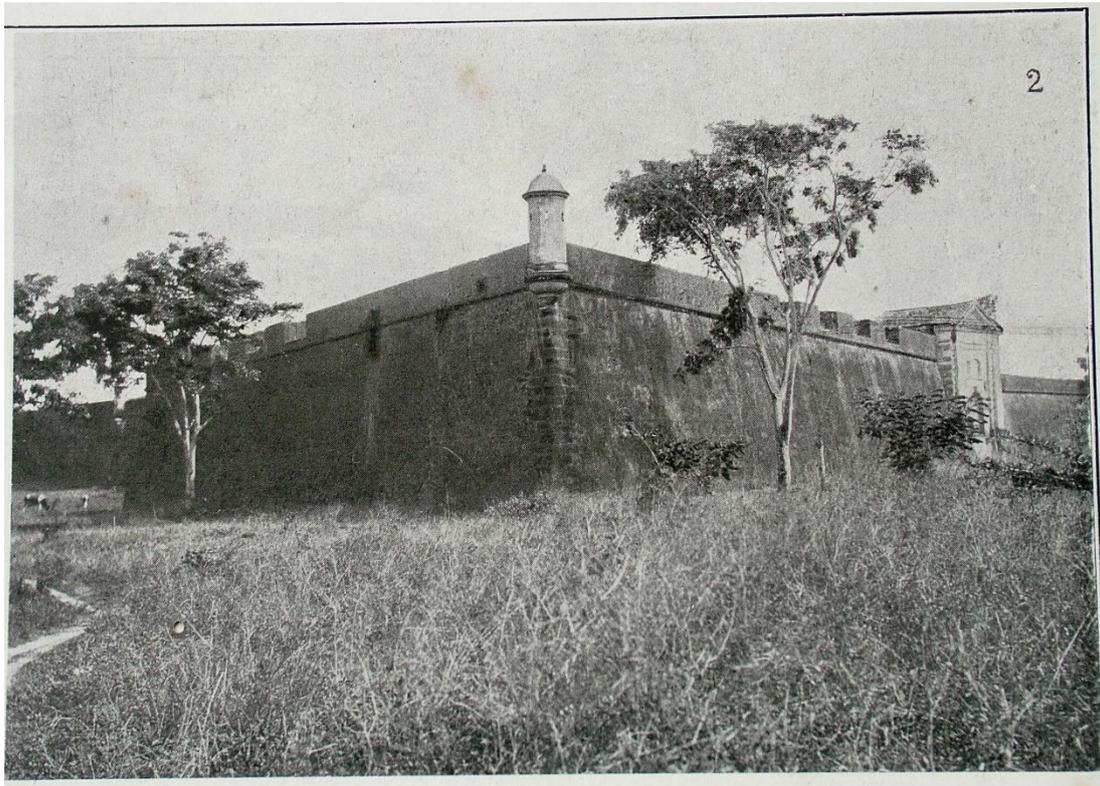
Desta forma, durante as construções da Igreja de São José, da Fortaleza de São José de Macapá e a fundação da Vila de Mazagão Velho, realizadas pela população transatlântica, vinda principalmente das Ilhas dos Açores e de algumas outras províncias da Coroa Portuguesa, na época, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Bahia, além de fugitivos provenientes de Belém, na província do Grão-Pará e da Guiana Francesa que vinham para essas terras a fim de construir seus quilombos e mocambos (VIDEIRA, 2013, *apud*. SALLES, 2005; SANTOS, 1998). Esses encontros, muito provavelmente, foram férteis e possibilitaram a então, criação do Marabaixo.

A história da Vila de São José de Macapá, remonta ao período colonial em que a Coroa Portuguesa visava proteger suas fronteiras e sua colônia de possíveis invasores, principalmente franceses, e também perpassa por um projeto habitacional de povoar todas as terras da então colônia (CAMILO, 2009). Dito isto, ficam evidentes as razões da construção da Fortaleza de

São José. Para a construção de um dos maiores elementos materiais da colonização portuguesa na Amazônia, foi demandada mão de obra negra e indígena. Segundo Videira (2013, p. 115):

Oficialmente, o negro começou a ser introduzido no Estado em 1751, trazidos pelos colonos portugueses da ilha dos Açores, que se estabeleceram em Macapá, e destinavam-se, dentre outras atividades, às obras de fortificação militar, construções urbanas e às lavouras de arroz e cana-de-açúcar (VIDEIRA, 2013, p. 115).

**Figura 3:** Fotografia de uma das pontas da Fortaleza de São José de Macapá, início do século XX.



**Fonte:** Arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS – AP), 2007.

Embora esses dois registros materiais sejam a referência, a organização da Vila ainda se deu em torno de duas praças: a praça de São Sebastião, atualmente conhecida como Praça Veiga Cabral, e a de São José, atualmente designada como Praça Barão do Rio Branco, além das construções como a “casa da câmara, casa da alfândega, posto médico, casa do cirurgião, um açougue, (...), o prédio da delegacia, a cadeia pública e a casa do Juiz” (ALMEIDA, 1873 *Apud* LUNA, 2017, p. 56-57).

**Figura 4:** Prédios públicos de Macapá, o mais imponente é o prédio da Intendência, ao fundo a Igreja de São José, início do século XX.



Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS - AP), 2007.

De acordo com o Dossiê de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Marabaixo (IPHAN, 2013), na pequena cidade de Macapá, a população negra também se constituiu em uma territorialidade própria, ocupando um espaço que hoje corresponde a casa do governador, o prédio da OAB, a orla e até as proximidades da Fortaleza de São José de Macapá. Entre esses lugares, existiam uma vila de nome Santa Engrácia, a Praça de Cima e Largo São João e partir disto, iniciou-se a construção de um território social e político pautado no desejo de seu povo e na força da tradição da cultura de base africana denominada Marabaixo (VIDEIRA, 2013, p. 89).

Para entendermos essa dinâmica, recorro à historiadora Verônica Luna (2017) que em obra fala sobre a cidade de Macapá no período de 1943 a 1970 sob a ótica do conceito de gentrificação. Segundo Luna (2011), no que diz respeito a como essa comunidade se organizou:

Esses grupos formavam o maior número de habitantes da cidade. Ocupavam as terras altas da cidade, com suas residências na parte de trás da Igreja Matriz, local denominado como formigueiro, e na Vila Engrácia, pertencente ao coronel José Serafim Gomes, na Praça São João, hoje Barão do Rio Branco, área entendida como nobre. Também ocuparam outro lugar, bem ao lado esquerdo da Fortaleza de São José, mas que não constituía espaço de interesse para o gestor da cidade, visto que a área do Elesbão era próxima ao rio e sofria a influência da maré. As habitações eram todas no estilo palafita, ocupadas por afrodescendentes e, posteriormente, por migrantes ribeirinhos de pouca condição social (LUNA, 2011 *Apud* LUNA, 2017, p. 104).



As interlocutoras deste estudo, que concederam entrevistas, para que pudéssemos entender um pouco mais sobre essa imbricada teia de histórias sobre o Marabaixo, também falam sobre esses espaços que, conforme suas vivências, puderam contar mais detalhes sobre os mesmos, uma destas interlocutoras é Tia Zefa<sup>11</sup>, a minha mais idosa interlocutora, com 103 anos de idade me conta o seguinte a respeito dos nomes e dos lugares de Macapá:

(...) aqui em Macapá, era pequeno, era da Igreja de São José pra lá “pá” rua da frente que a gente chamava, pra li banda onde é o Mercado central, só tinha o Mercado...Mercado central, comércio só tinha três: Leão, o Abraão Perez e o Vicente Ventura. Num tinha luz elétrica, num tinha água encanada, a gente tirava do poço, levava o baldo...poço do mato que num sei se já ouviu falar.... Eu morava no formigueiro (...) (Tia Zefa, 2018).

Além de falar sobre as condições da cidade, Tia Zefa, relata sobre os lugares que existiam na cidade, e ela continua:

(...) minha mãe, morava na Praça de Cima, que a gente empregava Praça de Cima, né? (...). Pois é, aí a gente empregava a Praça São João.... Tinha a praça São João, tinha o formigueiro, tinha o abieiro[árvore de abiu, fruta típica do norte e nordeste brasileiro], quando me entendi, num tinha rua, num tinha nada, a gente andava por debaixo do mato pra ir buscar água ali no igarapé, no poço do mato e ali no formigueiro (...) (Tia Zefa, 2018).

Observando os relatos de Tia Zefa, é possível agora entender a relevância dos dois marcos aqui apresentados: a população negra da pequena Vila de Macapá criou no entorno dessas duas edificações a Vila de Santa Engrácia, além de organizar e construir de uma maneira singular suas próprias sociabilidades, o que inclui o Marabaixo.

---

<sup>11</sup> Josefa da Silva Ramos, nascida do dia 26 de fevereiro de 1916, em Macapá, reside na Rua Ernestino Borges, no Bairro do Laguinho. Me concedeu entrevista no dia 07 de agosto de 2018.

**Figura 5:** Casas localizadas na chamada Rua da Praia, na frente da cidade, compreendiam as chamadas partes altas e possivelmente faziam parte da Vila de Santa Engrácia, hoje esse espaço corresponde a Casa do Artesão e o Macapá Hotel início do século XX.



**Fonte:** Arquivo do Museu da Imagem e do Som (MIS - AP), 2007.

Como já afirmado, esses espaços foram importantes, para a construção dessas sociabilidades e de culturas. Por exemplo, em entrevista realizada com Tia Zefa (2018), ela fala sobre a Fortaleza de São José e a igreja como os únicos lugares de pedra e alvenaria existentes em Macapá, na sua época, como ela diz: “Pra abrir a cidade, que a cidade era muito pequena, pequenina mesmo, era da Igreja de São José, só tinha uma igreja, a principal, de segurança aqui, de alvenaria, era Igreja de São José e era aqui a coisa, como é que dá o nome? Fortaleza!” (TIA ZEFA, 2018).

O lugar onde habitava a população afrodescendente de Macapá, também ficava próximo dos outros prédios e casarões dos chefes de governo. Segundo Luna (2017, p. 105), “culturalmente, os afrodescendentes eram muito respeitados pelas elites locais, que não questionavam seus rituais”. Porém, apesar de aura de tons pacíficos entre os grupos sociais, é de se pensar na possibilidade de que quando acabassem os festejos, cada um saberia o seu “devido lugar” nessa estrutura social.

*A posteriori*, essa proximidade seria questionada e modificada. Durante o governo de Getúlio Vargas, houve a implementação de uma política de Estado que visava o desenvolvimento e industrialização do país. Para concretizar o seu plano de governo, Getúlio



Vargas nomeou o Coronel Janary Gentil Nunes, natural de Alenquer (Pará) como o primeiro governador do então território do Amapá.

Janary Nunes veio com um objetivo: desenvolver o Território Federal do Amapá. Ao chegar na pequena cidade de Macapá, lugar que posteriormente se tornaria a capital do estado, segundo Janary, esta precisava ser urgentemente urbanizada, como consta no Relatório de Atividades do Governo do Território Federal do Amapá enviado ao presidente pelo então governador em 1944:

Firmamos, como premissa fundamental de nosso trabalho, a crença no futuro do Amapá, considerando transitória sua fama de insalubridade, realizável o soerguimento do nível de vida do seu povo e segura, em curto prazo, a sua transformação econômica, tornando-o, de espaço morto e improdutivo, zona ativa de enriquecimento nacional. [...]. Tudo ainda está por fazer, apesar de haveremos empregado a totalidade de nossas forças para concretizar o ideal do Amapá vivo e feliz, integrado na civilização brasileira (Relatório de Atividades do Governo do Território Federal do Amapá. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946, p. 5-8 *Apud* CAMBRAIA, 2009).

Na prática, o governo de Janary pouco levou em consideração a estrutura e os modos de vida da população que aqui existia, desconsiderando absolutamente que aqui existiam pessoas que já possuíam uma organização política, social, cultural e econômica. Mas considerou que só a partir de sua chegada é que, de fato, existiria civilização, ignorando desta forma também que aqui havia uma historicidade (CAMBRAIA, 2009).

Ao chegar nestas terras tucujus, o então governador nomeado Janary Gentil Nunes e sua equipe gestora, possuía um plano de desenvolvimento para a cidade a partir de sua experiência com as demais cidades já desenvolvidas localizadas no centro-sul do Brasil (LUNA, 2017).

Durante as visitas da equipe técnica encarregada de fazer os relatórios que seriam utilizados para traçar o plano de urbanização de Macapá, os técnicos e profissionais responsáveis detectaram o que lhes pareceu o maior problema a ser resolvido: nos lugares onde as obras do governo deveriam ser construídas habitava um contingente populacional que precisava ser removido daqueles espaços. Os locais eram a Vila de Santa Engrácia, a Praça de Cima e o Largo São João onde os habitantes eram os remanescentes daqueles que chegaram nestas terras para a construção da Fortaleza de São José de Macapá (LUNA, 2017).

Como já dito, o “problema” detectado pelos agentes de Janary precisava ser resolvido, e foi: a partir de 1944, com a chegada definitiva do então governador, este instituiu uma política de retirada da população negra da frente da cidade e sua transferência para um outro território chamado Laginho. De acordo com Piedade Videira (2013):



O governo de Janary Gentil Nunes em 1944 com sua forma autocrática de governar seguiu um programa baseado na tríade: “Sanear, Educar e Povoar” e assim iniciou sua meta de conquistar o povo amapaense e consolidar seu poder. Janary usou de cordialidade para com os moradores mais velhos: “Chefes patriarcais de famílias tradicionais e líderes de festas religiosas e populares”, conseguindo, assim remanejar essas famílias e urbanizar Macapá (VIDEIRA, 2013, p. 90 *Apud.* CANTO, 1998).

A fala de Piedade assinala que Janary procurou pessoas específicas para estabelecer algum tipo de relação para assim viabilizar o seu projeto urbanizador. Neste caso, o nome de Julião Ramos<sup>12</sup>, foi indicado para que esses “acordos” entre comunidade e governo fossem concretizados. Videira (2013), também faz menção de que dona Gertrudes Saturnino Loureiro<sup>13</sup> também foi uma das mediadoras deste acordo, se podemos dizer dessa forma.

Durante as entrevistas, procurei saber a respeito do que as famílias, neste caso de seu Julião Ramos e Dona Gertrudes sabiam a respeito do envolvimento dos dois nessa relação com Janary Nunes. No que diz respeito a seu Julião, conversei com a filha dele dona Benedita Guilherma Ramos<sup>14</sup>, outra interlocutora deste estudo, conhecida como Tia Biló para saber a respeito, e ela me diz:

De lá [das proximidades do antigo Fórum, atual prédio da OAB] nós viemo pro Laguinho, no governo do Janary, Janary Gentil Nunes, o primeiro governador do Amapá, e ele, veio...veio, quando chegou aqui já fazendo procuração do meu pai que é indicado do Major Eliezer Levy... (...) Era pro papai sair de lá porque ficava na beira da praia e ficava de fundo pra praia, e o papai veio e escolheu pro Laguinho porque a família dele já morava pra cá, pro Laguinho... (Tia Biló, 2018).

E no que diz respeito à relação de Dona Gertrudes, procuro saber com a sua filha a Dona Maria Libório Loureiro<sup>15</sup> mais conhecida como Tia Zezé para entender como se deu esse diálogo ou mesmo se houve diálogo. A respeito, ela me conta:

Olha, eu acredito, porque eu era nessa época, eu deveria ter os meus sete anos, sete ou dez, por aí, oito por aí assim, porque quando nós vínhamos pra cá, acredito eu, não, não, num vou te dizer que o governo saiu de casa em casa pedindo pras pessoas, não! Eu só sei que houve a desapropriação (...). Então, acredito eu, não sei, não posso te afirmar nada, se eles falaram com meu pai, se falaram com a minha mãe, não posso te

<sup>12</sup> Julião Thomaz Ramos, um dos mestres do Marabaixo, compositor, tocador de caixa e mantenedor da cultura enquanto vivo, deixando um legado importantíssima para a história do Marabaixo. Nasceu em 9 de janeiro de 1880 e faleceu em 24 de junho de 1954, aos 78 anos de idade.

<sup>13</sup> Conhecida como “Tia Gertrudes” foi uma das matriarcas do Marabaixo na Favela, exímia tocadora de caixa e compositora de ladrões, nasceu em 08 de dezembro de 1899, em Macapá e faleceu na década de 1970.

<sup>14</sup> Benedita Guilherma Ramos ou “Tia Biló” é filha de seu Julião Ramos, dançadeira e cantadeira de Marabaixo, nascida em 25 de junho de 1925 em Macapá. Me concedeu entrevista em 21 de setembro de 2018.

<sup>15</sup> Maria Libório Loureiro, filha de Dona Gertrudes Saturnino, exímia tocadora de caixa, dançadeira de Marabaixo, cantadeira e compositora de ladrões, reside na ladeira da Av. Presidente Vargas, na Favela (Santa Rita). Me concedeu entrevista em 19 de setembro de 2018.



garantir isso. Eu só sei te dizer que na década de quarenta e seis nós vínhamos pra cá [Favela, Av. Presidente Vargas, 1235] né? E até hoje (Tia Zezé, 2018).

A historiadora Verônica Luna (2017) também faz alguns apontamentos sobre essa política de desalojamento de Janary, ela diz:

Existe uma lacuna ainda não preenchida sobre a saída da comunidade negra do centro da cidade de Macapá. Este investimento por parte do gestor público do município, não se deu de forma documentada como já vimos, mas, ao que parece, ocorreu por meio de negociações que não foram oficialmente registradas, o que deixou dúvida quanto à forma desse agenciamento (LUNA, 2017, p. 173).

A partir dos relatos, podemos dizer que este remanejamento foi feito de forma arbitrária, sem registro de documentos, sem protocolos ou respaldo jurídico, nada que pudesse conceder à estas pessoas que foram remanejadas, dignidade ao deixar o lugar que habitavam. E pelo que se pode observar, não receberam em troca nenhum outro local que fosse apropriado para a sua moradia. Como afirma Videira (2013), “apesar de não ter havido nenhum conflito físico direto entre os afrodescendentes e a segurança pública estadual, não significa dizer que não houve indignação e insatisfação da comunidade” (VIDEIRA, 2013, p. 91).

Esse processo desencadeou um conflito entre a comunidade negra da antiga Vila de Santa Engrácia, agora desterritorializados. Alguns se ressentiram com a decisão do governo e foram para além dos rumos do terreno batizado como “Laguinho” — a população deu o nome de laguinho, porque, de fato, existia um pequeno lago no meio do terreno. Esse outro local, que ficava do lado oposto ao terreno do Laguinho, foi batizado com o nome de Favela.

Quem nos conta melhor sobre esse território da Favela é Tia Zezé, filha de Gertrudes Saturnino Loureiro, esta última que de certo modo liderou a saída do antigo lugar e o assentamento neste novo, ela diz:

(...) a casa dos meus pais era ali em frente do antigo Fórum que hoje é a....a sede da OAB, né? Dos advogados. Então, era lá que nós morávamos e com a chegada do novo governador que foi o Janary Gentil Nunes, houve a desapropriação daqueles moradores que moravam na frente da cidade, casinha de barro, coberta de palha, chão batido. A maioria escolheu o bairro do Laguinho, eu sempre enfatizo nessa forma, por quê? Eles já tinham as roças [Plantação de mandioca, milho, abóbora, açaí, etc.] deles pra lá, vinham pra cá pra esse bairro que dava-se o nome de bairro da Favela, porque isso aqui não era porque fosse um bairro de pessoas faveladas, não! Porque isso aqui era uma montanha, da Jovino até a Odilardo Silva era um lago e este lago, ele se estendia e ia cair ali na Padre Júlio aonde passava o Igarapé Grande (...) E nós vínhamos pra cá em quarenta e três, quarenta e seis pra quarenta e sete, nós vínhamos para cá [Favela], minha mãe escolheu esse bairro aqui (...). (Tia Zezé, 2018).

Tia Zezé, deixa muito claro como se deu essa vinda das outras famílias que não optaram pelo Laguinho, a partir de sua própria experiência de vida. Para além deste conflito,



houve outro que também foi um marco para a vida dessa comunidade, como pudemos perceber, antes dessa política de remanejamento realizada pelo governo de Janary, aparentemente a comunidade realizava as festas do Marabaixo em conjunto. Esse conflito, que modificou a vida, as construções e as sociabilidades dessa comunidade, também modificou o modo de realização do Marabaixo. Quem explica é Fernando Canto (2017, p. 36-37):

Com o advento do Território Federal, a capital precisava se modernizar. No entendimento de Janary Nunes, o primeiro governador, só um remanejamento populacional da frente da cidade para outros lugares poderia resolver os problemas de saneamento. Aliou-se então aos chefes políticos e líderes comunitários, entre os quais Julião Ramos, cuja liderança no meio dos negros do Marabaixo era inquestionável. E foi Julião um dos que convenceram os moradores da frente da cidade a irem morar no Laguinho, Favela e Igarapé das Mulheres, deixando seus antigos terrenos para usufruto do poder público, a partir de 1944. Muitos desses moradores, descontentes com a política de Janary e por outros motivos, resolveram então, mais tarde, fazer somente a festa da Santíssima Trindade dos Inocentes no bairro da Favela, se desvinculando da obrigação de realizar a festa também em homenagem ao Divino. Foi a primeira ruptura.

Como já explanado, o Marabaixo não possui uma data ou um local preciso de onde poderia ter se originado. A razão de se ter abordado sobre alguns destes lugares, foi que, ao longo das entrevistas realizadas com minhas interlocutoras e o estudo das bibliografias sobre a história de Macapá, estas materialidades históricas de pedra e cal podem ser considerados lugares de memória e relevantes para a construção dessa manifestação cultural, justamente por serem locais constantemente acionados nas narrativas de origem da cidade e conseqüentemente do Marabaixo.

Para além, outros acontecimentos elucidados são cruciais para entendermos a dinâmica cultural dessa manifestação, como foi o caso da saída da população que habitava na frente da cidade através da política de Vargas e Janary, assim como a reorganização dessa mesma população nos bairros que atualmente são tradicionalmente reconhecidos por celebrarem este festejo. Esses marcos são muitos importantes para entendermos as transformações ocorridas nesta história que se entrelaça, a cidade de Macapá e o Marabaixo.

Suas origens tanto etimológicas quanto como manifestação cultural são diversas, mas em meio a pluralidade de pontos de partida, é pontual dizer que o Marabaixo é uma construção histórica e social de uma população negra, diaspórica, que resistiu às intempéries dos tempos e principalmente das instituições colonizadoras.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todas as transformações ocorridas ao longo da história com essa população negra e seus descendentes, creio que a resposta dada a esses processos de subalternização pela população afrodescendente da pequena Vila de São José de Macapá foi a resistência através de uma manifestação popular única: o Marabaixo. Assim, é possível afirmar que em meio à essas sociabilidades, em sua maioria violentas, no sentido simbólico e também físico, essas pessoas interagiram e conseguiram transformar suas realidades em novas vivências e reconstruir sua ancestralidade e cultura através de toques de caixas, pés arrastados e saias rodadas.

É observável e chocante a disparidade histórica imposta entre quem realmente ergueu a cidade, mãos de homens e mulheres negras, indígenas, subalternizados pelo sistema colonizador e entre quem arquitetou “um projeto urbano que foi aspiração de uma ordem de interesse econômico e político exógeno” (LUNA, 2017, p. 59). À esse respeito, a historiadora Angélica Ferrarez de Almeida ao falar sobre o processo de subalternização de populações negras e seus lugares de memória, sintetiza este sentimento, dizendo:

à comunidade negra nunca foi dada a chance de pensar e executar um projeto de cidade, herança da escravidão, porém está se rearranjou nos territórios da cidade respondendo, através do processo da Diáspora, com criatividade os infortúnios dos mecanismos de subalternização (ALMEIDA, 2013, p. 12).

Ainda que permaneçam resistindo a uma estrutura discriminatória, uma sociedade que desde sempre os relega um lugar marginalizado, é importante refletir sobre os limites dessa resistência e nos perguntarmos até quando o respaldo social e político das instituições em continuar negando espaços para uma parcela da população irá permanecer. É necessário que quebreemos essa roda contínua de processos racistas e colonizadores sejam eles de forma materializada em ações ou mesmo aquelas subjetivas, do campo da *episteme*.

Refazer os caminhos dessa história, ou escová-la à contra pelo para desvendarmos nuances que talvez passaram despercebidas a outros olhares foi também uma das tarefas deste estudo. Além de buscar uma história e relacioná-la com outros elementos para se entender um pouco mais desse passado, para a construção de um presente que não seja refém de narrativas colonizadoras, onde o protagonista é sempre quem vem de fora. Por isso busquei, primordialmente, referenciar autoras e autores regionais que estudam este fenômeno cultural, assim como possibilitar a escuta daqueles que fazem essa manifestação.



Sendo assim, ainda que, desde sua plural origem essa população marabaixeira tenha sido atravessada pelos mais diversos sortilégios, esta continuou existindo e resistindo, lutando pelo seu espaço, pelo seu reconhecimento, este que veio em 18 de novembro de 2018, iniciar mais uma das muitas histórias e memórias que recheiam esta manifestação cultural, tendo sido registrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Brasil.

Pode-se então, traçar uma rota outra sobre essa história que tem muitos capítulos para serem lidos, outros milhares para serem escritos, num sentido de construção e afirmação da identidade não somente da gente marabaixeira, mas do estado como um todo. Reconhecer o Marabaixo como uma autêntica manifestação cultural do Amapá, propagar esse discurso com embasamento histórico e fomentá-lo com políticas públicas culturais para sua plena existência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### *Fontes Primárias*

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Parecer do Relator do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN, Processo no. 01424.000185/2016-18.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Dossiê do Marabaixo. Macapá, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário das referências culturais do Marabaixo do Amapá. Macapá, 2013.

### *Entrevistas*

Entrevista com Josefa da Silva Ramos (Tia Zefa) em 07 de agosto de 2018.

Entrevista com Maria José Libório (Tia Zezé) em 19 de setembro de 2018.

Entrevista com Benedita Guilherma Ramos (Tia Biló) em 21 de setembro de 2018.

### *Artigos e livros*

ALMEIDA, Angélica Ferrarez de. **A tradição das tias pretas na Zona Portuária**: por uma questão de memória, espaço e patrimônio. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Pontifícia Universidade Católica: Rio de Janeiro, 2013.

CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras**: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CANTO, Fernando. **A Água Benta e o Diabo**. 2. ed. Macapá: Fundação de Cultura do Estado do Amapá (FUNDECAP), 1998.



- CANTO, Fernando. **O Marabaixo através da história**. Macapá: Editora Printgraf, 2017.
- CAMBRAIA, Paulo. *Os governos territoriais do Amapá e a substituição dos rios por estradas: hidrografia, cultura e progresso*. In: OLIVEIRA, Augusto *et al.* **Amazônia, Amapá: escritos de História**. Belém: Paka-Tatu, 2009, p. 143-171.
- COSTA, Graciete Guerra da. **Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira**. Tese (Pós-doutorado). Brasília: UNB, 2015.
- DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas**. 2. ed. Brasília: INL, 1976.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira, séculos XVIII-XIX**. Editora Universitária UFPA, 1999.
- LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- LUNA, Verônica Xavier. **Um cais que abriga histórias de vida: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá (1943-1970)**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião*. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 259-274, 2005.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Outra Amazônia: os santos e o catolicismo popular*. **Norte Ciência**, v. 2, n. 1, pp. 1-26, 2011.
- MARTINS, Rostan. **Aonde tu vai, rapaz, por esses caminhos sozinho?: comunicação e semiótica do Marabaixo**. São Paulo: Scortecci, 2016.
- NUNES, Pereira. **O sahiré e o marabaixo: tradições da Amazônia**. Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, 1989.
- REIS, Arthur César Ferreira. **Território do Amapá - Perfil Histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. 184p.il.
- SALLES, Vicente; SALLES, Marena Isdebski. *Carimbó: Trabalho e Lazer do Caboclo*. **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 25, p. 257-282, 1969.
- SILVA, Sebastião Menezes da. **Curiaú: a resistência de um povo**. Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2004.



VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente**: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques, folias e ladainhas**: a cultura do quilombo do Criaú em Macapá e sua educação. Fortaleza: Edições UFC, 2013.